



PRIMEIRA LINHA COVID-19

Governo prepara-se para suspender pagamento por conta

Numa primeira reunião exploratória, o governo ouviu os partidos de esquerda mas pouco adiantou sobre os seus planos. A suspensão do pagamento por conta foi dos poucos avanços concretos, embora não esteja concluído. Seguem-se hoje os partidos de direita.

SUSANA PAULA
susanapaula@negocios.pt
MANUEL ESTEVES
MARGARIDA PEIXOTO

O Governo prepara-se para suspender o Pagamento por Conta exigido às empresas em sede de IRC, para evitar que paguem um imposto com base em lucros do ano anterior.

Nas reuniões que teve ontem com os partidos da esquerda sobre o Plano de Estabilização Económica e Social, que vai estar refletido no orçamento suplementar, o Governo mostrou-se inclinado a suspender o Pagamento por Conta até ao final do ano. Isso mesmo foi tornado público pelos Verdes à saída da reunião e comunicado aos outros partidos que participaram nas reuniões. Embora a medida não tenha sido dada como fechada, esta foi assumida como um dado adquirido por outras fontes presentes nestas reuniões. Contactada pelo Negócios, fonte do gabinete do primeiro-ministro não respondeu.

Já na sexta-feira passada, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais tinha admitido estar "consciente" deste problema. "Estamos numa situação excepcional que poderá justificar um ajustamento", afirmou Mendonça Mendes numa conferência da Ordem dos Contabilistas Certificados. Recorde-se que os pagamentos por conta são aplicados a empresas que tiveram lucro no ano anterior e apuraram IRC e são devidos em três momentos (julho, setembro e dezembro).

Em resposta à crise da covid-19, o Governo já decidiu prorrogar o primeiro pagamento por conta de 31 de julho para 31 de

agosto, O que está agora em cima da mesa é suspender este pagamento este ano, o que aliviaria a tesouraria de muitas empresas.

Esta foi, segundo fontes ouvidas pelo Negócios, a novidade mais relevante que saiu do primeiro dia de reuniões em São Bento.

O primeiro-ministro, juntamente com os ministros das Finanças, da Economia e da Presidência, recebeu o PCP, PEV, Bloco de Esquerda e PAN, mas pouco adiantou aos partidos.

Os partidos usaram as reuniões para apresentar as suas propostas - que passam pelo prolongamento do lay-off ou a criação de um apoio extraordinário de proteção social (ver tome nota) -, mas saíram com pouca informação da parte do executivo.

Ainda assim, o PEV e o Bloco de Esquerda mostraram-se agradados com a suspensão do pagamento por conta; e o PCP admitiu que venham a ser viabilizadas algumas das suas reivindicações, sem querer especificar quais.

Sem acesso aos documentos, os partidos remeteram para mais tarde o sentido de voto. Não estão previstas novas reuniões, apenas contactos entre as partes. O Governo prevê entregar o orçamento suplementar ao Parlamento na primeira quinzena de junho.

Cenário macro não será pior do que o de Bruxelas

O Executivo não apresentou um cenário macroeconómico porque os números em que o ministro das Finanças está a basear o orçamento suplementar ainda não estão fechados. Mas o Negócios sabe que está a assumir as previsões da Comissão Europeia como referência. O mais provável é que as metas que o Governo venha a definir não sejam piores do que a expectativa que Bruxelas já criou.



A comitiva do PCP, liderada por Jerónimo de Sousa, foi ontem recebida pelo Governo. Do outro lado da mesa vêm-se

“

É absolutamente necessário suspender pelo menos este ano esse pagamento por conta.

JOSÉ LUÍS FERREIRA
Líder parlamentar do PEV

Nas Previsões de Primavera, apresentadas no início de maio, a Comissão Europeia estimou uma recessão de 6,8% este ano. Já no que diz respeito ao impacto da crise e das medidas de reação decididas pelo Governo nas contas públicas, a Comissão Europeia prevê um défice de 6,5% este ano.

Agora, Mário Centeno vai usar as projeções de Bruxelas como "benchmark" para o seu próprio

cenário macroeconómico, a apresentar em junho com o pedido de aumento do endividamento líquido que a República pode contrair, ao Parlamento. Apresentar metas mais pessimistas pode prejudicar ainda mais a retoma; colocar objetivos muito acima do cenário de Bruxelas implica maior probabilidade de falhar por otimismo excessivo - um risco a que Centeno se tem mostrado avesso. Metas



“

Entendemos que o mecanismo de lay-off deve ser prolongado, previsivelmente até ao final do ano.

ANDRÉ SILVA
Porta-voz do PAN

“

Não pode ser 'ad eternum' que os trabalhadores vejam um corte de um terço dos seus rendimentos.

JERÓNIMO DE SOUSA
Secretário-geral do PCP

António Pedro Santos/Lusa



António Costa, Mariana Vieira da Silva e Mário Centeno.

idênticas, ou ligeiramente melhores, podem ajudar a gerir as expectativas dos agentes económicos.

Tal como o Negócios já escreveu, o orçamento rectificativo será construído de forma conservadora, com base no financiamento que o país pode obter pelos seus meios. Mais tarde, poderão ser feitos os ajustamentos necessários em função do que for decidido ao nível do fundo de recuperação europeu. ■

“

É importante que as empresas não tenham de fazer pagamentos por conta relativos a lucros do ano passado.

CATARINA MARTINS
Coordenadora do BE

TOME NOTA

Os temas que estão a ser negociados entre governo e partidos

A discussão entre governo e partidos em torno do orçamento rectificativo e do programa de estabilização económica e social ainda está numa fase embrionária. Para já, estes são os temas que têm centrado mais as atenções. Esta terça será a vez dos partidos de direita se reunirem com o governo.



PROLONGAMENTO DO LAY-OFF

Todos os partidos defendem o prolongamento do lay-off, mas o PSD defende que o mecanismo simplificado se mantenha pelo menos até setembro, enquanto o CDS e o PAN admitem um prolongamento até ao final do ano. Já o Bloco e o PCP recusam uma banalização deste mecanismo e a sua utilização "ad eternum". E os blocuistas admitem mesmo o redesenho de uma medida de apoio ao emprego que assegure 100% do salário.



APOIO DE PROTEÇÃO SOCIAL

O PCP e o Bloco propõem um apoio extraordinário de proteção social de 483,81 euros para quem ficou sem fonte de rendimento (ou teve uma quebra de pelo menos 40%) por causa da covid-19 e não preenche os requisitos para aceder a outros apoios da Segurança Social, devido a "formas de prestação de trabalho atípicas", como o trabalho à hora ou ao dia. O PEV também defende um mecanismo de proteção para trabalhadores que não têm acesso a outros apoios e o BE defende um subsídio extraordinário de desemprego para os trabalhadores informais que estão excluídos dos apoios agora vigentes.



PAGAMENTO POR CONTA SUSPENSO

Foi a medida que saiu das reuniões de ontem: o Governo mostrou-se disponível para suspender o paga-

mento por conta de IRC este ano, para que as empresas não tenham de pagar imposto com base nos rendimentos de 2019. PEV e CDS defendem esta medida, tal como o BE, que a associa a uma proibição da distribuição de dividendos com base em lucros de 2019.



REFORÇO DO SNS

O PCP defende um reforço de 25% no orçamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e mais contratações dos profissionais de saúde. Também o Bloco de Esquerda quer mais investimento na saúde pública, como a integração definitiva dos cerca de 2.300 profissionais de saúde que "foram contratados provisoriamente" para combater a pandemia.



CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS

O PSD propõe um instrumento de mil milhões de euros para capitalizar empresas com dificuldades financeiras, através de um mecanismo de subscrição de capital de fundos geridos por equipas privadas. O PSD defende também que se avance para um aumento global dos fundos de capitalização das empresas, através da criação ou do reforço de fundos imobiliários. Já o CDS defende duplicar as linhas de crédito às empresas e consignar uma percentagem do juro a fundo perdido.



APOIOS A SETORES SOCIAIS

O PSD defende o Estado deve pa-

gar ao setor social e solidário todos os valores em dívida pela prestação de cuidados de saúde contratualizados, para capitalizar um setor essencial para dar resposta aos problemas sociais que já se colocam e se vão agudizar. Também o CDS defende o reforço do apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social.



SUBSÍDIO DE FUNÇÕES DE RISCO

O PCP quer um subsídio de risco e insalubridade para os funcionários do setor privado que, nos últimos dois meses, trabalharam em "situações de risco". E exige que se regulamente esta medida no setor público, onde já está prevista.



CONTRIBUIÇÃO SOLIDÁRIA

O BE propõe que os setores que "ganham com a crise" devem ser chamados a uma contribuição solidária para apoiar a recuperação. Um exemplo são as das seguradoras que "não desceram os seus prémios do seguro" e que "não cobriram nenhuns custos com a pandemia".



REFORÇO DO TELETRABALHO

O PAN quer que seja reforçado e regulamentado o regime de teletrabalho. Esta é uma das medidas de promoção do ambiente, através da redução do uso do transporte coletivo. SP/DS

negócios

negocios.pt

Terça-feira, 26 de maio de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4251 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Governo prepara-se para suspender pagamento por conta

Nas reuniões mantidas ontem com os partidos de esquerda, o Executivo mostrou-se inclinado em aliviar as empresas desta obrigação fiscal.

PRIMEIRA LINHA 4 e 5

Tecnologia

Países fazem apelo ao uso de app contra a covid

Alemanha, Portugal, França, Espanha e Itália assinam carta.

ÚLTIMA 32

Vem aí um tsunami de crédito malparado



Estudo da Bain diz que Novo Banco é o caso mais preocupante. Santander e CGD são os que estão preparados para responder à crise.

PRIMEIRA LINHA 6 e 7

Projetos de energia solar já têm terrenos garantidos

EMPRESAS 16 e 17

Vírus tirou mil milhões às marcas mais valiosas

Banca será um dos setores mais afetados | Petrolíferas e retalho terão queda estimada em 20% | Hierarquia do top 25 irá manter-se

PRIMEIRA LINHA 8 e 9

Bolsa

Ações da Ibersol dispararam 85% com fim do confinamento

MERCADOS 22 e 23

Conjuntura

Só 18% das empresas vão manter investimentos

O presidente da CIP, António Saraiva, critica a banca por estar "avessa ao risco".



ECONOMIA 10 e 11

Radar África

Sonangol, a galinha dos ovos de ouro pode ficar estéril

ECONOMIA 14